



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - OLEO DIESEL S10 N.º 07/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Que entre si celebram o município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa Cavaco Comercio de Combustíveis Ltda - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.165.161/0001-09, com sede na Av. José Bonifácio, 1445 - centro - São José das Palmeiras/PR, neste ato representada por sua sócia-administradora a Sra. Sirlene Dal Pozzo da Costa, brasileira, casada, do comércio, residente na Rua Itaipu, 37 - centro - São José das Palmeiras-PR, portador da RG 6.492.839-2 SSP/PR e CPF nº 020.345.619-02, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula primeira - Do objeto - Aquisição de combustível: óleo diesel-S10, para atender a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Presencial nº 03/2018, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, do reajustamento - O preço é seguinte será de R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos) por litro, totalizando o valor máximo de até R\$ 264.800,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e oitocentos reais) até o término do contrato. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma: do dia 10 (dez) ao dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, sendo que as notas fiscais/ faturas devem ser protocoladas com no mínimo quatro dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro - O controle da distribuição do combustível será feito pelo secretário de Obras, Urbanismo e Transporte, através de requisições assinadas pelo secretário.

Parágrafo Segundo - Os valores serão reajustados nos mesmos índices autorizados pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, através de comprovação de nota fiscal.

Parágrafo Terceiro - O fornecedor se obriga a manter estoques regulares, para garantir o fornecimento do combustível 07 (sete) dias por semana, a fim de atender imediatamente a solicitação do contratante.

Cláusula - Quarta - Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato expira-se em 19 de Fevereiro de 2019. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação.

DOTAÇÕES

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	960	05.001.12.361.0004 2030	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1010	05.001.12.361.0004 2031	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1040	05.001.12.361.0004 2032	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	1160	05.001.12.361.0004 2033	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



2018	2120	06.002.10.301.0007.2053	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2900	07.002.28.782.0009.2088	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2910	07.002.28.782.0009.2066	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2920	07.002.28.782.0009.2068	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2018	2930	07.002.28.782.0009.2086	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
4. Será de 0,1% do valor do contrato reajustado até a data do ocorrido, a multa por dia de paralização injustificada da obra;
5. Rescisão do contrato, pelos motivos previstos no artigo 78 da lei 8.666/93, conforme o caso.

Cláusula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: A entrega dos produtos deverá ocorrer quando da solicitação da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: O combustível deverá ser entregues na cidade de São José das Palmeiras. Em caso de posto de combustível, com sede no município de São José das Palmeiras, o combustível deverá ser disponibilizado na bomba. Em caso de transportador revendedor retalhista (TRR), o produto deverá ser fornecido junto com o tanque próprio pela empresa vencedora (tanque com capacidade mínima de 5.000 litros), dotado com equipamento para abastecimento e medição, cujo o fornecimento se dará com a necessidade do município.

Parágrafo Segundo: As quantidades máximas inicialmente licitadas, constantes no anexo I do presente pregão presencial, poderão ser inferiores de acordo com a necessidade da Administração.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia do produto, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nona - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, Sra. Dgessica Caroline Niederle, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Cláusula Décima - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira- Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas no participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda- Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas,



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.805/0001-33



São José das Palmeiras, em 19 de Fevereiro de 2018.

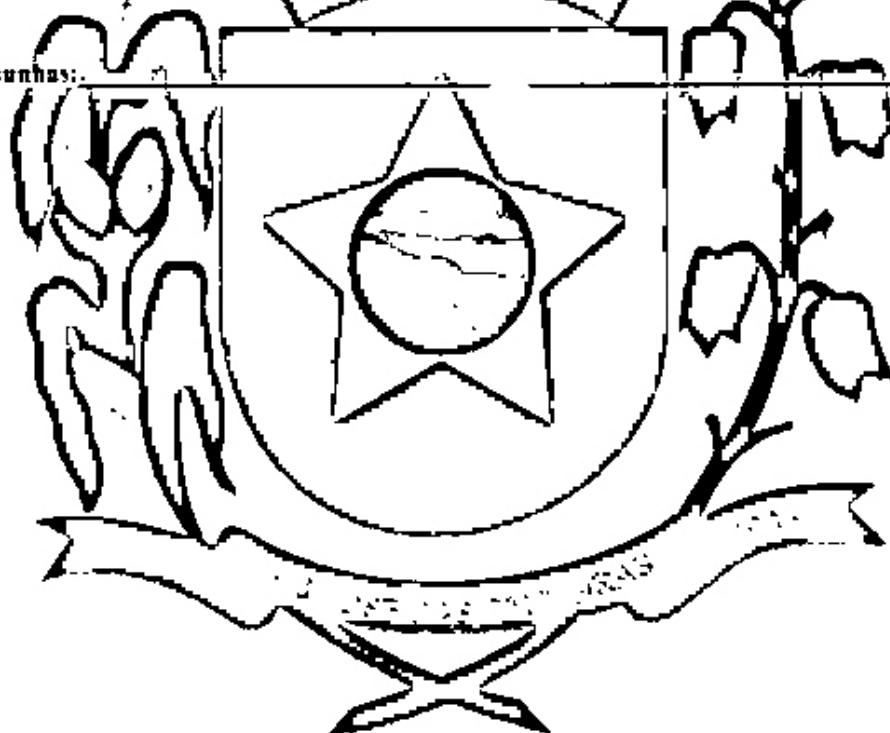
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Contratante

CAVACO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP

Contratado

Testemunhas:





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL – OLEO DIESEL S10 N.º

07/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2018.

OBJETO: Aquisição de combustível: óleo diesel S10, para atender a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: CAVACO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

VALOR: R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos) por litro, totalizando o valor máximo de até R\$ 264.800,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e oitocentos reais) até o término do contrato.

VIGÊNCIA: Expira – se em 19 de Fevereiro de 2019.

São José das Palmeiras, em 19 de Fevereiro de 2018.

